
David Harvey, *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*

Hugo Dias



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/3850>

DOI: 10.4000/rccs.3850

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 março 2011

Paginação: 169-171

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Hugo Dias, « David Harvey, *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 92 | 2011, posto online no dia 01 novembro 2012, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/3850> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.3850>



Recensões

David Harvey (2010), *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. London: Profile Books, 296 pp.

David Harvey é, actualmente, uma das figuras incontornáveis quando nos debruçamos sobre as dinâmicas espacio-temporais de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. O geógrafo ambicionou sempre defender uma certa noção de conhecimento, que admite a *diversidade* e a *fragmentação*, mas que daí não retira a conclusão da absoluta impotência para a construção de uma grelha de compreensão da realidade. Se o seu percurso inicial é marcado por um cunho positivista forte (que cedo abandona), é no referencial marxiano que encontra a meta-narrativa (não tem receio de usar o termo) com as ancoragens necessárias para a produção de uma “totalidade estruturada” sobre o mundo. Toda a sua obra atenta à *destruição criativa* produzida pela lógica de acumulação de capital, que transforma o espaço, bem como às representações associadas a este, a um ritmo cada vez mais acelerado.

Nesta obra, o autor exprime a sua perplexidade com a superficialidade das tentativas de explicação da actual crise económica. Esta, iniciada com o colapso do sub-prime e a falência da Lehman Brothers, no Outono de 2008, rapidamente se alastrou para as demais instituições financeiras e para a economia real, embora com um impacto diferenciado dependendo do grau de dependência da actividade económica face aos activos tóxicos gerados pelo sistema financeiro.

Como chegámos a este ponto? Para dar sentido ao sucedido ao longo das últimas décadas Harvey recupera alguns dos principais eixos analíticos expostos em obras

como *The Condition of Postmodernity* (Malden, Mass.: Blackwell, 1990) e *A Brief History of Neoliberalism* (Oxford: Oxford University Press, 2005). O crescimento sustentado da acumulação de capital encontrou limites sociotécnicos. Uma forma de os superar passou pelo enfraquecimento da força da classe trabalhadora organizada (através do estímulo à imigração, introdução de novas tecnologias substituidoras de mão-de-obra, deslocalização da actividade produtiva) característica dos *Trinta Gloriosos Anos*. A compressão salarial decorrente da redução do aumento real dos salários foi compensada pela expansão para novos mercados e pelo recurso ao crédito e ao endividamento.

O problema de como absorver quantidades crescentes de excedentes de capital – com um retorno de pelo menos 3% ao ano – conduziu à viragem financeira, o que implicou uma verdadeira revolução na arquitectura institucional, facilitando a rápida circulação de capital e abrindo novos campos de negócio. Assim, segundo o autor, o neoliberalismo foi um projecto político de “restauração do poder de classe” com vista a restabelecer as taxas de lucratividade.

A urbanização é parte integrante deste processo. O autor retoma exemplos, desenvolvidos noutras obras, como a transformação da cidade de Paris durante o Segundo Império ou a produção dos subúrbios norte-americanos no pós Segunda Guerra Mundial, mas aborda também a actual explosão urbana na China e o sucedido com a crise do sub-prime, em que os empréstimos bancários,

simultaneamente, a empreendedores imobiliários e a compradores de casa com baixos recursos económicos, criou uma bolha especulativa, que rapidamente colapsou. Embora a actual crise seja de maiores proporções, houve centenas de crises financeiras, um pouco por todo o mundo, desde 1973, em comparação com um número muito baixo entre 1945 e 1973. O argumento de Harvey, de cunho marxista, é o do carácter cíclico das crises do modo de produção capitalista. “As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Conduzem tipicamente a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novas esferas de investimento e novas formas de poder de classe” (p. 11). Um dos propósitos do livro é, então, adiantar uma explicação alternativa para as crises do capitalismo, que se tem mantido marginal no actual debate. Desvendar o *Enigma do Capital* permitirá abrir vias alternativas para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas? Este é um caminho que o autor, à semelhança de anteriores obras, não enjeita descortinar.

O presente livro divide-se, *grosso modo*, em três partes distintas. Num primeiro momento (capítulos 2, 3 e 4) elabora sobre as condições necessárias para a acumulação de capital e as potenciais barreiras existentes ao seu perpétuo crescimento: insuficiente capital inicial (p. 47); escassez de, ou dificuldades políticas com a oferta de trabalho (p. 58); meios de produção desadequados e “limites naturais” (p. 66); tecnologias e formas organizacionais inapropriadas (p. 88); resistência ou ineficiências no processo produtivo (p. 101); e falta de procura no mercado (p. 106).

Afasta-se assim de uma explicação mono-causal para o carácter cíclico das crises do capitalismo. Um bloqueio em qualquer um destes pontos pode produzir rupturas na continuidade da circulação

de capital. As crises podem então assumir múltiplas formas dependendo da situação histórica e geográfica, de acordo com a combinação específica de factores de bloqueio. No caso actual, “embora o epicentro se situe nas formas tecnológicas e organizacionais do sistema de crédito e do nexó Estado-Finança, o problema subjacente é o excessivo poder do Capital em relação ao Trabalho e consequente compressão salarial, conduzindo a problemas de procura efectiva disfarçados por um consumismo de excesso alimentado pelo crédito numa parte do mundo, e de uma expansão demasiado rápida da produção em novas linhas de produtos noutra” (p. 118).

Seguidamente (capítulos 5, 6 e 7), Harvey explana as “ferramentas de análise para perceber a evolução da geografia histórica do capitalismo em toda a sua complexidade” (p. 118). Aqui, retoma a linha de pensamento desenvolvida a partir da obra *The Limits to Capital* (Oxford: Blackwell, 1982). A lógica da acumulação tem a si associada um imperativo de superação das barreiras espaciais, a *anulação do espaço pelo tempo*, referida por Marx nos *Grundrisse*. Esta manifesta-se na transformação da paisagem física, com a construção de infraestruturas de elevado custo, inamovíveis sem serem destruídas, e cujo retorno financeiro se estende ao longo de muitos anos. Estes investimentos protelam a crise económica através do investimento do capital em excesso em edificado. Esta é, no entanto, uma relação contraditória. As estruturas espaciais criadas num dado momento, com vista a facilitar a circulação de capital, podem-se tornar numa barreira para a acumulação adicional, caso o capital imobilizado se torne num obstáculo na expansão para outros espaços geográficos (p. 191).

Para compreender o desigual desenvolvimento espacial e temporal será

necessário ter em consideração sete distintas esferas de actividade: tecnologias e formas organizacionais; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; produção e processos produtivos; relações com a natureza; reprodução da vida quotidiana e das espécies; e *concepções mentais do mundo* (p. 123). Esta abordagem, que se afasta de determinismos e mecanicismos, concebe a existência de um movimento co-evolucionário destas esferas numa configuração que constitui uma totalidade socioecológica (pp. 128, 132-133).

Por fim, o último capítulo lida com a questão de projectos e sujeitos políticos emancipadores. Deste, podem-se retirar três ideias fundamentais. Em primeiro lugar, a procura de retirar da marginalidade a crítica sobre o carácter sistémico e cíclico das crises do capitalismo, e como tal, o questionamento do próprio futuro do capitalismo enquanto sistema social (pp. 217-218). Em segundo lugar, a noção

de que a teoria da co-evolução das esferas de actividade que propõe pode servir de base para uma teoria co-revolucionária. Tal implica a percepção de que um movimento político pode surgir em qualquer uma dessas esferas, devendo movimentar-se em cada uma destas de forma a construir dinâmicas de reforço mútuo (p. 228). Por fim, a ideia mais polémica decerto, de recuperar a “hipótese comunista”, que tem retornado ao debate público por filósofos como Alain Badiou.

Termina, afirmando: “Se, como o movimento por uma globalização alternativa, em finais dos anos noventa, declarou que ‘um outro mundo é possível’, então por que não dizer também ‘um outro comunismo é possível’? As actuais circunstâncias do desenvolvimento capitalista exigem algo deste teor, se se pretende alcançar alguma mudança fundamental” (p. 259).

Hugo Dias

Teresa Gowan (2010), *Hobos, Hustlers, and Backsliders: Homeless in San Francisco*. London & Minneapolis: University of Minnesota Press, 354 pp.

Teresa Gowan apresenta-nos uma obra atípica no contexto da produção de conhecimento científico sobre o fenómeno dos sem-abrigo nos Estados Unidos da América (EUA). Recorrendo a um trabalho etnográfico notável, desenvolvido ao longo da segunda metade da década de 1990 em São Francisco, a autora enquadra o seu estudo no contexto sócio-histórico e geográfico mais vasto, articulando a análise do terreno com as teorias acerca do fenómeno e com os registos das perspectivas das próprias pessoas que vivem na rua. De forma relevante, Gowan afasta-se dos discursos que individualizam quer as causas quer as soluções do fenómeno dos

sem-abrigo, não se limitando a discutir os efeitos estruturais em acção sobre as vidas de quem vive na rua, mas desconstruindo contínua e extensivamente as perspectivas individualizantes que encaram o fenómeno pelo lado da amoralidade, preguiça e eventual periculosidade dos sem-abrigo, bem com aquelas que procuram circunscrevê-lo a um problema médico.

Gowan aborda inicialmente o tema dos sem-abrigo com um interesse claro nas formas de trabalho fora do mercado laboral regular a que as pessoas que vivem na rua recorrem como estratégia de sobrevivência. Esta perspectiva, exposta no capítulo da sua autoria do livro *Global*

Ethnography,¹ continua bem viva nesta obra, mas é aqui inserida no que a autora considera o ponto central da discussão do fenómeno dos sem-abrigo nos EUA: a análise dos discursos dominantes acerca do fenómeno e das suas consequências quotidianas para quem vive na rua. Para Gowan, isto implica um processo analítico com vários níveis, sendo fulcral entender como surgem, se tornam dominantes ou são marginalizadas as narrativas oficiais explicativas do fenómeno dos sem-abrigo; qual a relação de cada uma delas com os discursos mais vastos sobre a pobreza; que intenções estão escondidas atrás das narrativas oficiais; e quais as formas como estas são incorporadas, rejeitadas e rearticuladas pelos próprios sem-abrigo. Na perspectiva da autora, são identificáveis três tipos de discurso: *sin-talk*, *sick-talk* e *system-talk*. O primeiro, dominante na Europa e América do Norte até ao final do século XIX/início do século XX, explica a existência de pessoas a viver na rua pela amoralidade e preguiça dos sem-abrigo, atribuindo-lhes uma forma de agência puramente negativa e negando quaisquer efeitos sistémicos que contribuam para a situação. Os sem-abrigo, segundo esta perspectiva, são indivíduos que recusam o código normativo da sociedade domiciliada, preferindo viver da “bondade” (leia-se: caridade) das instituições ou de actividades ilegais. Por sua vez, o *system-talk*, dominante durante o período do Estado Social, foca-se exclusivamente nas dinâmicas sistémicas da pobreza, analisando as características da estrutura

social, reivindicando formas de regulação social – ou mesmo de mudança, nas posturas mais críticas. Contudo, é uma visão que retira quase inteiramente a agência aos indivíduos que são mais negativamente afectados pelos efeitos da estrutura, vendo-os como vítimas passivas. Se, durante os “Trinta Gloriosos Anos”, foi observável uma redução drástica do número de pessoas a viverem na rua por via da intervenção estatal na sociedade, este número aumenta exponencialmente após a década de 1970, coincidindo com alterações profundas que ocorreram ao nível das formas de regulação social. Neste contexto, o *system-talk* conseguiu durante poucos anos impor-se na sociedade civil dos EUA através da acção de indivíduos e instituições defensoras dos interesses dos sem-abrigo. Contudo, nas décadas de 1980 e 1990 (essencialmente sob a orientação do *Continuum of Care Plan* da Administração Clinton) ela é claramente marginalizada pelo terceiro tipo de discurso acerca do fenómeno dos sem-abrigo: o *sick-talk*. Esta nova narrativa encara o fenómeno de forma puramente individual, negando a noção de agência tal como o *system-talk*, mas explicando a existência de pessoas a viverem na rua por patologias individuais. Assim sendo, a solução para o problema não passa pela regulação dos mercados laboral ou habitacional mas pela identificação e tratamento das patologias específicas de cada sujeito que entra em contacto com o conjunto de serviços “assistencialistas” destinados aos sem-abrigo (designado por Gowan como *homeless archipelago*). Nas palavras de Gowan, “do ponto de vista de muitos profissionais da saúde que trabalhavam nos serviços assistencialistas, o fenómeno dos sem-abrigo era um sintoma da doença mental grave e do abuso de substâncias duma minoria e tinha pouco que ver com as condições de trabalho e de habitação da maioria” (50).

¹ Teresa Gowan (2000), “Excavating ‘Globalization’ from Street Level: Homeless Men Recycle Their Pasts”, in Michael Burawoy et al., *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World* (Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 74-105). Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <http://burawoy.berkeley.edu/Books/GE/Gowan.pdf>.

O livro encontra-se organizado em três partes compostas por sete capítulos. A primeira parte do trabalho (“Backstories”) é constituída pelos dois capítulos iniciais. No primeiro (“Urban Ethnography beyond the Culture Wars”), Gowan relata as suas próprias experiências no terreno, descrevendo os seus sentimentos iniciais enquanto etnógrafa e a forma como estabeleceu as primeiras relações com as pessoas que vivem nas ruas de São Francisco, muitas das quais com quem conviveu ao longo de vários anos. É também aqui que a postura epistemológica e metodológica que irá orientar todo o livro é exposta e discutida. O segundo capítulo (“Managing Homelessness in San Francisco”) é aquele em que o trabalho de terreno é mais relegado para segundo plano, apresentando o quadro teórico que é mobilizado ao longo da obra e discutindo a emergência e declínio dos três tipos de discursos sobre a pobreza e, mais especificamente, sobre o fenómeno dos sem-abrigo. Esta exposição é realizada enquadrando simultaneamente a realidade dos EUA no contexto dos países do Ocidente Norte durante os últimos séculos e o caso de São Francisco na realidade dos EUA.

A segunda parte da obra (“The Street”) regressa à articulação da etnografia com a teoria que marca todo o livro, centrando-se na análise da convivência com os indivíduos sem-abrigo de São Francisco. O terceiro capítulo (“Moorings”) apresenta-nos os diferentes grupos de pessoas que vivem nas ruas da cidade, bem como os espaços em que estes se encontram, distinguindo entre duas zonas da cidade: Tenderloin, zona degradada onde vivem indivíduos que sobrevivem materialmente de pequenos delitos variados, e Dogpatch, onde era identificável algo próximo de uma subcultura composta por indivíduos que sobreviviam através da recolha e venda de artigos recicláveis. Como Gowan vai demonstrar

ao longo da obra, as formas de interacção, as estratégias de sobrevivência e os discursos explicativos do fenómeno dos sem-abrigo variam bastante de uma zona para outra. Esta exposição e análise das formas como os próprios sem-abrigo incorporam, rejeitam e rearticulam o *sin-talk*, o *system-talk* e o *sick-talk* continua no quarto capítulo (“Word on the Street”), focando-se o quinto capítulo (“The New Hobos”) no grupo particular dos sujeitos que sobrevivem graças à reciclagem, garantindo-lhes esta um mínimo de recursos materiais mas permitindo-lhes igualmente preservar o seu *self* através de uma construção identitária por via do trabalho.

A terceira e última parte do livro (“Rabble Management”) desloca-se da rua para as instituições, não deixando nunca de lado quem vive na rua. O título desta secção é ilustrativo do seu conteúdo: *rabble management*, i.e., a “gestão da população”. No sexto capítulo (“The Homeless Archipelago”) a autora discute como as práticas institucionais da “assistência” aos sem-abrigo são orientadas por uma hibridação de *sin-talk* e *sick-talk*: se, oficialmente, é enfatizada a identificação e tratamento das patologias individuais (que se pressupõe que os sem-abrigo possuem, não se concebendo a possibilidade destas serem inexistentes), na empiria é observável como o tratamento quotidiano de quem vive na rua por parte do pessoal que trabalha na “assistência” mescla este modelo médico com considerações morais. Portanto, os sem-abrigo são simultaneamente vistos como doentes e preguiçosos, a necessitar de tratamento mas também de reforma de carácter. Continuando a análise das práticas e dos discursos que as orientam, o sétimo capítulo (“The Old Runaround: Class Cleansing in San Francisco”) centra-se nos modos de interacção da sociedade domiciliada com quem vive na rua, discutindo as diferentes posturas políticas que procuraram gerir a

vida dos sem-abrigo de São Francisco no Espaço Público, enfatizando as diferentes estratégias mobilizadas para retirar estes sujeitos dos espaços crescentemente comercializados e “gentrificados” em que circulam os cidadãos domiciliados. Se os espaços excludentes para quem faz do Espaço Público Espaço Privado se multiplicam, então estes sujeitos são relegados para locais sem interesse económico imediato onde podem ser controlados; lugares onde quem pertence à sociedade domiciliada não circula e para onde os sem-abrigo são forçados pela acção complementar dos serviços de “assistência” (e.g., centros de acolhimento nocturno) e de repressão (e.g., polícia). Assim sendo, Gowan identifica também ao nível oficial-institucional uma combinação de *sin-talk* com *sick-talk*, justificando-se a repressão policial pela sua acção de envio dos sem-abrigo de São Francisco para serviços “assistencialistas” onde poderão receber o tratamento médico de que necessitam (seja apoio psiquiátrico, seja lidar com uma dependência de substâncias), serviços esses cuja existência só faz sentido na medida em que têm um afluxo contínuo de “clientes” que lhes são enviados pelas forças policiais. Estamos perante uma obra essencial para quem trabalhe sobre o fenómeno dos sem-abrigo, mas também para quem simplesmente se interesse sobre as condições quotidianas daqueles que vivem na rua. O esforço de desconstrução crítica dos discursos sobre o fenómeno, bem como das práticas que estes orientam é sem

dúvida um ponto positivo do livro, para mais tendo em conta que este surge aliado a um conhecimento profundo da realidade empírica de São Francisco. Apesar do contexto em que as pessoas sem-abrigo vivem nos EUA e das narrativas que aí circulam acerca do fenómeno serem qualitativa e quantitativamente diferentes da realidade europeia (e da portuguesa em particular), os conceitos de *sin-talk*, *system-talk* e *sick-talk* revelam enorme valor heurístico e podem ser aplicáveis deste lado do Atlântico. Sendo que eles são mobilizados por Gowan para analisar o caso específico dos indivíduos sem-abrigo, determinados cuidados impõem-se na sua utilização em estudos acerca de outros fenómenos. Contudo, pode ser um quadro conceptual útil para abordar a relação de outras populações pobres com os serviços de “assistência” ou a forma como o poder político gere as suas vidas. Por último, é de referir que a análise crítica da autora coexiste com o enorme envolvimento com as pessoas sem-abrigo com quem conviveu durante vários anos. Se isto afasta Teresa Gowan dum registo de objectividade positivista, em nada diminuiu o carácter científico do seu trabalho, epistemologicamente muito influenciado pelo trabalho de Michael Burawoy. O envolvimento da autora fornece-nos um bom exemplo de como é possível a investigação ultrapassar na empiria as barreiras entre “sujeito” e “objecto” e fazer (não *apesar* mas precisamente *por isso*) boa sociologia.

João Aldeia

Greg Young (2008), *Reshaping Planning with Culture* (Urban and Regional Planning and Development Series). Aldershot, UK: Ashgate, 215 pp.

Reshaping Planning with Culture é uma das mais recentes obras de Greg Young, urbanista experimentado no sector público e privado, historiador e professor do

Departamento de Geografia e Ambiente da Macquarie University de Sydney, responsável de vários planos estratégicos australianos no domínio da cultura, do

património e do turismo. A sua extensa obra, iniciada nos anos 1980, tem percorrido temas como as relações entre história e conservação, a autenticidade, os valores sociais ou a evolução dos conceitos de cultura. Mais recentemente, tem-se dedicado às relações entre cultura e planeamento urbano. É nesta trajectória investigativa que a presente obra se insere.

Trata-se de um extenso e profundo trabalho que reflecte uma notável síntese sobre as mais recentes teorias de planeamento, capaz de construir um método pragmático original, fruto de uma reflexão abrangente de uma problemática pluridisciplinar. Young define como objectivo do seu livro a apresentação de uma metodologia capaz de integrar a Cultura em todos os níveis de planeamento e aplicável a qualquer escala territorial, cultural ou social. Apesar de ambicioso, o desafio é ganho, passo a passo, através da construção de uma teoria aplicativa que integra uma visão pluricultural das problemáticas do planeamento contemporâneo.

Partindo do conceito de cultura(s) de Raymond Williams como “modo(s) de vida total(is)” e das mais recentes recomendações da UNESCO, da *World Commission on Culture* ou da Agenda 21 sobre diversidade cultural, sustentabilidade e integração da cultura nas políticas de governação global e desenvolvimento, o autor procura responder a uma lacuna operatória que é o de dispor de um *modus operandi* que permita concretizar esta culturização dos processos.

Young está consciente dos ataques de visão monocentrista que têm vindo a ser feitos à teoria cultural de Williams por leituras mais ou menos parciais ou condicionadas e por isso propõe uma versão revista pluridisciplinar dessa teoria combinada com ideias de outros autores de referência neste âmbito, tais como Patsy Healey, Dolores Hayden, Leonie Sandercock ou Charles Landry.

Reconhece também que a utilização do planeamento cultural tem vindo a reflectir nalguns casos as lutas de poder. Não entra directamente numa resposta às críticas à culturização e às suas consequências políticas, mas o seu método prático compreende as dimensões ética e social. Desta forma enfrenta, mesmo que indirectamente, os críticos da culturização que pretendem investigar as funcionalidades políticas e as materializações sociais dos processos centrados na cultura.

A obra é essencialmente constituída por duas partes. Uma primeira, dos capítulos 1 a 7, dedica-se ao contexto, aos pressupostos e ao método culturizado propriamente dito. Os capítulos 8 a 11 incluem exemplos de projectos de planeamento bem conhecidos do autor, que ilustram, fase por fase, a sua aplicação operativa.

Nos capítulos 1 a 4, Young apresenta o seu método de culturização como um antídoto para processos recentes de culturização da vida económica e organizativa, permitidos pela sociedade da informação, que se têm traduzido na mercadorização da cultura, dos sectores das artes, do turismo, do marketing urbano e do património. Simultaneamente, desenvolve as razões para um reposicionamento da cultura no planeamento pela sua capacidade de transcendência de todos os seus níveis, em particular o do ambiente e da sustentabilidade, aos quais é por vezes dado todo o protagonismo e que na prática são desenvolvidos de forma sectorial e monodisciplinar.

Depois do enquadramento e definição do problema, o autor conduz o leitor à explicação dos objectivos proactivos do planeamento geral e do planeamento estratégico não espacial em contraste com a avaliação dos impactos sociais e económicos própria do ordenamento territorial. Aborda os objectivos da cultura e da ontologia da cultura com recurso à dialéctica do ser de Henri Lefebvre. Com estas

contextualizações é possível entender a sua posição relativamente à sua proposta de não adopção de um único modelo de planeamento, apesar dos prós e dos contras dos posicionamentos neomodernos e pós-modernos, entre Habermas e Foucault. Para Young, a cidade contemporânea, composta de “cidades” modernas e pós-modernas, requer abordagens para as quais não existe um método único e universal. Daí a necessidade de utilizar as perspectivas neomodernas e comunicativas associadas às pós-modernas para uma visão de conjunto de cada caso. Um tipo de planeamento que se integra nas práticas democráticas e pluralistas de governação.

Depois de posicionar os “ingredientes” da sua teoria no contexto de várias abordagens teóricas, Young passa à proposta de sete princípios para a cultura: a plenitude, a conectividade, a diversidade, a reflexividade, a criatividade, o pensamento crítico e a sustentabilidade. A estes princípios são adicionadas as competências cultural, ética e estratégica como básicas para o planificador culturizado.

Definidos os instrumentos básicos do método, é finalmente apresentada, no capítulo 7, a metodologia de acção. Esta é dividida nos aspectos a estudar antes de planificar e na forma integrada de os estudar. De

forma resumida, é preconizada numa primeira fase a construção dum sistema de informação sobre o espaço, o tempo e a sociedade do lugar, do bairro, da cidade, da região ou do país. Na segunda fase, destinada à interpretação e decisão, são explicadas várias ferramentas operativas classificáveis em três categorias: a investigação cultural, a colaboração cultural e a interpretação cultural.

Uma vez detalhada, a metodologia geral é aplicada nos quatro últimos capítulos a casos práticos. Também eles procuram apresentar sem receios a teoria construída e por isso são situados, de certa maneira, nos extremos da casuística do planeamento, de forma representativa das situações encontradas em diversas zonas do globo. Um deles é o caso dos diversos níveis da área metropolitana de Sydney, que envolve culturas dominantes, insurgentes e residuais de brancos, emigrantes e aborígenes. Outro, o *Port Arthur Historic Site*, na Tasmânia, trata-se de uma área protegida não só por ser uma paisagem natural mas também um sítio histórico.

Uma obra corajosa, de cidadania global, única e capaz de apresentar uma problemática complexa numa linguagem clara e directa.

João Mascarenhas Mateus

Christian Pagh e Ida Vesterdal (orgs.) (2008), *Changing Metropolis: Introducing Artistic and Cultural Actions in City Making*. Copenhagen: Via Design, 128 pp.

Changing Metropolis foi publicado no âmbito do projecto *Metropolis 2007-2017*, uma iniciativa lançada pelo Copenhagen International Theatre. Associando teoria à prática, arte e planeamento urbano, cultura e arquitectura, o projecto *Metropolis* destina-se a demonstrar como a arte, numa concepção alargada, pode tomar parte no

desenvolvimento e na identidade de uma cidade, muitas vezes assumindo um importante papel de catalisador.

O livro documenta a associação complexa de diversas perspectivas teóricas, de intervenções artísticas e de estratégias de planeamento apresentadas em Copenhaga durante a acção *Metropolis 2007*, uma

tarefa ambiciosa que em grande medida é conseguida, para um pequeno livro de só 128 páginas.

A obra está organizada em duas partes. A primeira apresenta quatro curtos ensaios introdutórios que explicam separadamente os temas explorados pelos textos teóricos, pelas abordagens artísticas e pelos estudos de caso de planeamento. A segunda parte inclui 26 textos breves (cada um com uma média de 2-3 páginas) dedicados a diferentes casos-situações, acompanhados de numerosas fotografias. Os textos são agrupados em torno de 10 recomendações temáticas, ou *statements of action*, ao longo de páginas montadas em diferentes níveis de design gráfico atraente e directo.

A relação entre cultura e cidade baseia-se na vontade de fazer cidades mais propícias a modos de vida e de interacção dos seus habitantes e, ao mesmo tempo, no interesse em incorporar arte e cultura como fontes para a gestão e o planeamento urbano. O fazer cidade é descrito como uma “arte de integração” (p. 6), imbuída de abordagens abertas, não especializadas, participativas e carregadas de sentido, que de forma proactiva a mobilizam pelas intervenções que são feitas nos seus espaços públicos. Experimentação, conhecimento dos lugares e participação directa dos residentes são temas recorrentes. Comum a todas estas acções é o buscar abertamente formas mais imaginativas de propor acções de utilização das cidades num processo destinado a torná-las mais inspiradas e coesas. As práticas artísticas, tal como são explicadas neste livro, podem desempenhar um papel-chave no processo de fazer cidade. Elas incluem linguagens ricas e experimentais que chamam a atenção para as nossas próprias interacções e para outras formas possíveis de interagir através de acções experimentais físicas, concretas e sensoriais. Ao mesmo tempo, podem também ter implicações inclusivas e democráticas. As

actividades artísticas propostas destinam-se à animação de espaços, à alteração de percepções, à experimentação individual e colectiva e a intervenções no espaço público. A diferentes níveis, todas nos ajudam a perceber melhor os espaços urbanos e tornam o espaço público mais conscienciosamente público.

A necessidade de trabalhar de forma interdisciplinar é também enfatizada mas, como o livro sublinha, existe ainda pouco conhecimento prático para implementar uma verdadeira colaboração entre diferentes disciplinas, e portanto esse potencial acaba por não ser realizado. São por isso identificados desafios em três áreas distintas: conseguir fazer cooperar recursos e potenciais de forma efectiva; estabelecer uma correspondência entre o grande plano de acção, “a macro-imagem” e práticas que implicam “arregaçar as mangas” em acções bem concretas; incorporar competências culturais e artísticas (ex. de tradução, aplicativas) em práticas de planeamento “sensível”. Na parte final, o livro apresenta dez “declarações de compromisso” destinadas a acções consideradas cruciais e várias abordagens que procuram responder a esses desafios. Neste aspecto, o livro deveria ser mais explícito no que respeita às propostas para estabelecer uma ponte entre prática e teoria, um aspecto que teria reforçado mais esta obra, mas que poderá vir a ser desenvolvido em futuras obras sobre o projecto.

Sendo a primeira publicação de uma iniciativa que se desenvolverá ao longo de dez anos, é de elogiar a coragem de incluir de forma abrangente uma lista extensa de questões, temáticas e ponderações. É também impressionante a contribuição dos vários autores dos textos, assim como o facto de a obra incluir a opinião de um coro colectivo de vozes variadas – académicos e consultores, artistas, arquitectos, projectistas, agências de planeamento urbano,

entre outras – que reforçam os objectivos de toda a iniciativa. Ao longo da obra, o leitor dá-se conta de uma crescente atenção às acções reais que estudam e experimentam estes problemas.

A diversidade de temas é um desafio muito bem articulado através dos ensaios introdutórios, mas a grande variedade de tópicos tratados pelas contribuições individuais traduz-se numa abordagem prática por vezes pouco substancial. Em muitos casos, são poucos os resultados que se retiram desses discursos públicos.

Apresentar práticas e casos práticos num formato condensado é também um desafio, e é por vezes difícil entender o discurso artístico e os casos de planeamento quando faltam detalhes básicos. Ao tentar transferir formas de arte multidimensionais para páginas “estáticas”, poderia ter sido de utilidade a inclusão consistente de dados adicionais acerca de cada projecto tratado. Os casos de planeamento têm por objectivo ilustrar a acção da gestão como ferramenta de democracia e de co-criação, incorporando novos processos, métodos de decisão e estratégias de desenvolvimento. São por vezes muito interessantes as posições apresentadas, como por exemplo as interpretações pragmáticas após as reflexões de planeamento, o repensar da participação e do uso do tempo, a programação cruzada e activa de funções e actividades diversas, o desafiar as dicotomias entre público e privado. No entanto, os textos nem sempre são capazes de explicar suficientemente estas práticas.

Ao longo de toda a obra, é evidenciado o seu tópico multidimensional: uma iniciativa essencialmente experimental, um pouco intrincada, que procura captar a essência dos trabalhos a decorrer no âmbito do projecto geral, muitos deles integrados em situações artísticas e em casos

de planeamento que se encontravam, à data da publicação, em fase embrionária. A informação apresentada no livro em múltiplas camadas é por vezes difícil de absorver, e por essa razão os ensaios introdutórios são fundamentais para a compreensão dos temas-chave, assim como as notas e os comentários das contribuições individuais que se seguem. Apreciados no seu conjunto, os vários testemunhos, as fotografias e as recomendações temáticas fornecem um conjunto de visões e ideias que se sobrepõem e que permitem ligar entre si todos os diferentes pontos de vista. Exactamente por se deixar espaço à natureza fragmentária das contribuições e das intervenções, consegue obter-se ao longo da leitura um discurso sintético que é apreendido por quem percorra esta obra.

O livro será provavelmente usado mais por profissionais no campo do design urbano, arquitectura e planeamento cultural do que por académicos. Para a actividade de investigação, uma das suas contribuições básicas reside no “levantamento” de reflexões, de práticas e de experiências com a Arte, no contexto do desenvolvimento e do planeamento urbano que ocorreram na Europa (em particular na área de Copenhaga), em 2007-08. Pode também servir como uma fonte útil de consulta para artistas trabalhando neste domínio. O livro escrito em inglês, foi impresso num número limitado de 500 cópias e muito provavelmente não será traduzido noutras línguas. Desta maneira, serve como uma intrigante publicação de lançamento da iniciativa *Metropolis 2007-2017* e como uma janela aberta sobre a forma contemporânea de fazer cidade através da associação do planeamento urbano e das intervenções artísticas.

Nancy Duxbury